

A cidade romana de Viseu e os seus principais espaços públicos

*Faculdade de
Letras. Universidade
de Coimbra

Pedro C. Carvalho*
pedrooak@gmail.com

**Eon, Indústrias
Criativas, Lda

Pedro Sobral de Carvalho**
pedrosobraldecarvalho@eonic.pt

***Arqueohoje, Lda

João Perpétuo***
jperpetuo@arqueohoje.com

Resumo Apresenta-se uma síntese sobre a cidade romana de *Vissaium* (Viseu), reúnem-se os achados relacionáveis com o fórum e faz-se um primeiro ensaio de reconstituição do principal espaço público desta cidade do norte da Lusitânia. Com base na análise da atual morfologia urbana, propõe-se ainda a localização do possível anfiteatro romano.

Abstract This text presents an overview of the Roman city of *Vissaium* (Viseu), describes the findings related to the forum, and makes a preliminary outline of the main public space of this city located in northern Lusitania. Based on the current urban morphology, it also suggests the location of a Roman amphitheater that may have existed here.

1. A cidade de *Vissaium*

Vissaium era o nome romano da atual cidade de Viseu, como revelou uma epígrafe descoberta em 2009 (Fernandes, Carvalho & Figueira, 2009). Foi capital de *ciuitas*, provavelmente dos *Interannienses* (Alarcão, 1989; 2006; Alarcão & alii, 2013), referida por Plínio entre as *ciuitates stipendiariae* da Lusitânia e mencionada também na inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760). A cidade romana, fundada em época de Augusto, ocupou um morro onde estava instalado um importante povoado da Idade do Ferro (Coelho, 1941; Almeida, 2005; Almeida & alii, 2007), tendo em conta os vestígios até agora descobertos (Vaz & Carvalho, 2009, pp. 33–35; Carvalho & Valinho, 2001; Almeida & alii, 2007; Figueira, Santos & Cravo, 2013; Carvalho, Costa & Alves, 2016). Esta *ciuitas* com sede em Viseu dominaria um extenso território: a sul, no Mondego, confinaria com a *splendidissima ciuitas*, com capital em Bobadela (Oliveira do Hospital); a norte estenderia o seu território talvez até às serras de Arada e Leomil, para além das quais estavam as *ciuitates* dos *Paesuri* (Cárquere, Resende), *Coilarni* (Lamego) e *Arabrigenses* (Paredes da Beira, São João da Pesqueira); a oriente tocava extremas, eventualmente na serra da Lapa, com a *ciuitas* dos *Aravi* (Marialva, Meda) e, mais a sul, nos contrafortes da bacia de Celorico da Beira (não muito distante dos atuais limites distritais entre Viseu e Guarda), com a dos prováveis *Lancienses Transcudani* (Mileu, Guarda); a ocidente estendia-se até às alturas da serra do Caramulo, como poderá atestar o *terminus augustalis* do Guardão (Tondela), confrontando nessa linha de cumeeada com a de *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda). Aliás, este *terminus*, datado de 4–5 d.C., assinalará o momento de delimitação do território da maior parte das *ciuitates* no norte da Lusitânia, ao tempo de Augusto — talvez no preciso momento em que se construía o fórum e se formava a cidade, à semelhança do que terá acontecido, do lado oriental das serras da Estrela e do Açor, na *ciuitas Igaeditanorum* (Carvalho, 2009).

A importância de *Vissaium* na Época Romana terá resultado, em grande medida, da sua posição estratégica. A sua localização geográfica permitia-lhe ser um ponto de encontro de estradas que ligavam várias cidades do norte da Lusitânia (Coelho, 1943; Alarcão, 1989; Vaz,

1997). Seria um verdadeiro nó viário central, para onde convergiam as estradas que partiam de todas as *ciuitates* em seu redor — atingindo talvez nove ligações diretas, sendo ponto de passagem, designadamente, da estrada imperial que vinda de Mérida e Cáceres, fazendo a travessia do Tejo na ponte de Alcântara e depois cruzando a serra da Estrela, rumava a Braga.

Essa centralidade estratégica de *Vissaium* teria reflexos na extensão da sua malha urbana. Os principais testemunhos da arquitetura privada correspondem a prováveis *insulae* encontrados na Rua da Prebenda, Rua do Comércio, Rua e Praça D. Duarte, Rua do Carvalho, e Lotecamento do Quintal (Carvalho & Carvalho, no prelo). Este papel de lugar central também se refletiria na monumentalidade da cidade, visível nos seus principais edifícios públicos, entre os quais se destacava o fórum (Vaz, 2009; Vaz & Carvalho, 2009, pp. 43–45), mas observável também na muralha (Alarcão, 1989; Carvalho & Chéney, 2007; Serra, 2018), rodeando uma área considerável para uma cidade do norte da Lusitânia.

A cidade manteve a sua importância após a queda do Império, passando a ser sede de bispado de Veseo na Época Sueva, estatuto que manteve até à atualidade. Restos de um importante edifício, provavelmente de carácter episcopal, coevo das monarquias sueva e visigoda, foram encontrados em escavação na Praça D. Duarte (Pedro & Vaz, 1995; Tente, 2016, p. 112). Embora seja muito provável, não sabemos se a primeira catedral e paço episcopal suevo-visigodo ocupou o alto desta colina. Também é duvidosa a existência neste lugar, antes ocupado pelo fórum romano, de um alcácer (séculos IX–X), quando a cidade estava na órbita asturiano-leonesa e depois islâmica. Sabemos apenas que no morro da Sé, nos primeiros anos do século XII, terá sido edificado o Paço Condal, quando os condes portucalenses D. Henrique e D. Teresa estabelecem a sua corte em Viseu, (re)construído o castelo e erguida a nova catedral românica (Saraiva, 2010; Fernandes, 2016; Tente, 2016; Alves, 2018).

2. O fórum

A localização do fórum tem sido nas últimas décadas discutida, sobretudo a partir do momento em



Fig. 1 – Adro da Sé: à esquerda, o Museu Grão Vasco e, à direita, a fachada da Sé.

que Viseu é claramente afirmada como cidade romana, capital de *ciuitas* (Alarcão, 1989)¹. Maximiano de Aragão, no final do século XIX, defendeu que no morro da Sé teria havido uma “fortificação romana” em forma de quadrado (1894, p. 81), ideia de certa forma retomada por Orlando Ribeiro (1957, p. 440) quando admite a existência de um “castelo romano” no alto da colina da Sé: “Subsistem, no conjunto das construções da Sé, restos de torres e de panos de muralha e sabe-se que um outro muro atravessava o local do adro, definindo um quadrilátero flanqueado por quatro torres”. José Coelho, anteriormente, num texto publicado no jornal Distrito de Viseu, em 1934, intitulado “construções romanas junto da Sé de Viseu”, registou a descoberta na Praça D. Duarte (antiga Praça de Camões), à entrada da Rua das Ameias, de alicerces “lusos romanos”, destacando-se pedras almofadadas em duas faces. Celso Tavares da Silva, ao mencionar o achado de uma base e capitel de coluna e de um lajeado existente na cripta sob a absida principal da Sé, descobertas em contexto de obra da DGEMN e já antes referidas por José Coelho (1960, pp. 9–10), sugere a existência no Alto da Sé de um

templo e “vários edifícios da administração e governação públicas” (1983, p. 29).

Jorge de Alarcão (1989) avança com a possibilidade de o fórum se situar entre a Rua Direita (*cardo maximus*), a Rua do Gonçalinho (*decumanus maximus*) e a Rua da Prebenda, ocupando a insula considerada central da cidade. Mas Jorge de Alarcão não exclui também a possibilidade de “um templo no morro da Sé, com a fachada voltada ao fórum”, admitindo ainda a possibilidade de este templo poder integrar o próprio fórum: “neste caso, a Rua Direita, não constituiria o limite ocidental do fórum, mas corresponderia a uma eixo transversal que o atravessaria” (Alarcão, 1989, p. 30). João Inês Vaz (1997, pp. 350, 354; 1999, pp. 401–402) retoma esta proposta, não fazendo coincidir exatamente o fórum com o Alto da Sé, referindo ainda que este seria pequeno, tal como a cidade. Mais recentemente, porém, sobretudo após as escavações no Museu Grão Vasco, estabelece uma correspondência entre o fórum e topo do morro da Sé, sugerindo a presença do templo “de características céltico-gálicas no claustro do atual Museu de Grão Vasco” (Vaz, 2010, pp. 320–322) ou do lado norte da

¹ Achados avulsos, mas relativamente significativos, um pequeno conjunto de inscrições funerárias e, sobretudo, vários miliários cuja contagem de milhas seria feita partir de Viseu, foram servindo de suporte a esta proposta de capitalidade, ainda que a cidade romana, face ao que então se conhecia, não fosse considerada extensa e importante.

plataforma. A propósito do fórum, este autor refere ainda o seguinte:

“(…) numa cripta existente sob o altar-mor da catedral, a uma profundidade de cerca de 3 metros e sensivelmente à mesma altura que os outros vestígios já referidos, existe um lajeado muito bem construído com grandes lajes de granito que poderá talvez ser o que resta do pavimento do próprio *forum*. Quando esta cripta foi escavada, apareceram uma base de coluna com 75 cm de diâmetro e um capitel jónico de igual diâmetro, tudo de granito. Na escavação a que procedemos no ângulo noroeste da Praça D. Duarte em que encontrámos a basílica paleocristã da cidade de Viseu, estava a servir de cunhal uma outra base de coluna com 75 centímetros de diâmetro e sobre ela uma enorme pedra almofada em três faces, reaproveitamento de outras construções anteriores. Por sua vez, são semelhantes a outras que foram encontradas perto da Rua Direita.” (Vaz, 2010, pp. 321–322)

e acrescenta:

“(…) os contrafortes romanos que se veem nas traseiras da Sé serão o que resta do muro que suportava a plataforma sobre que se erguia o fórum” (Vaz & Carvalho, 2009, pp. 43–45).

Ao fórum (ou a um outro espaço público) poderia ainda pertencer uma

“cabeça feminina, muito mutilada, que se guarda no Museu de Grão Vasco e que foi encontrada junto à entrada da rua do Gonçálio” (Carvalho, 1991–1992, p. 148; Vaz, 2010, p. 322).

Esta cabeça é em calcário.

2.1. As escavações no Museu Grão Vasco

Entre novembro de 2001 e abril de 2002 foram levadas a cabo escavações arqueológicas no pátio interno (lado oeste) e fronteiro à entrada do Museu Grão Vasco, no âmbito do projeto de



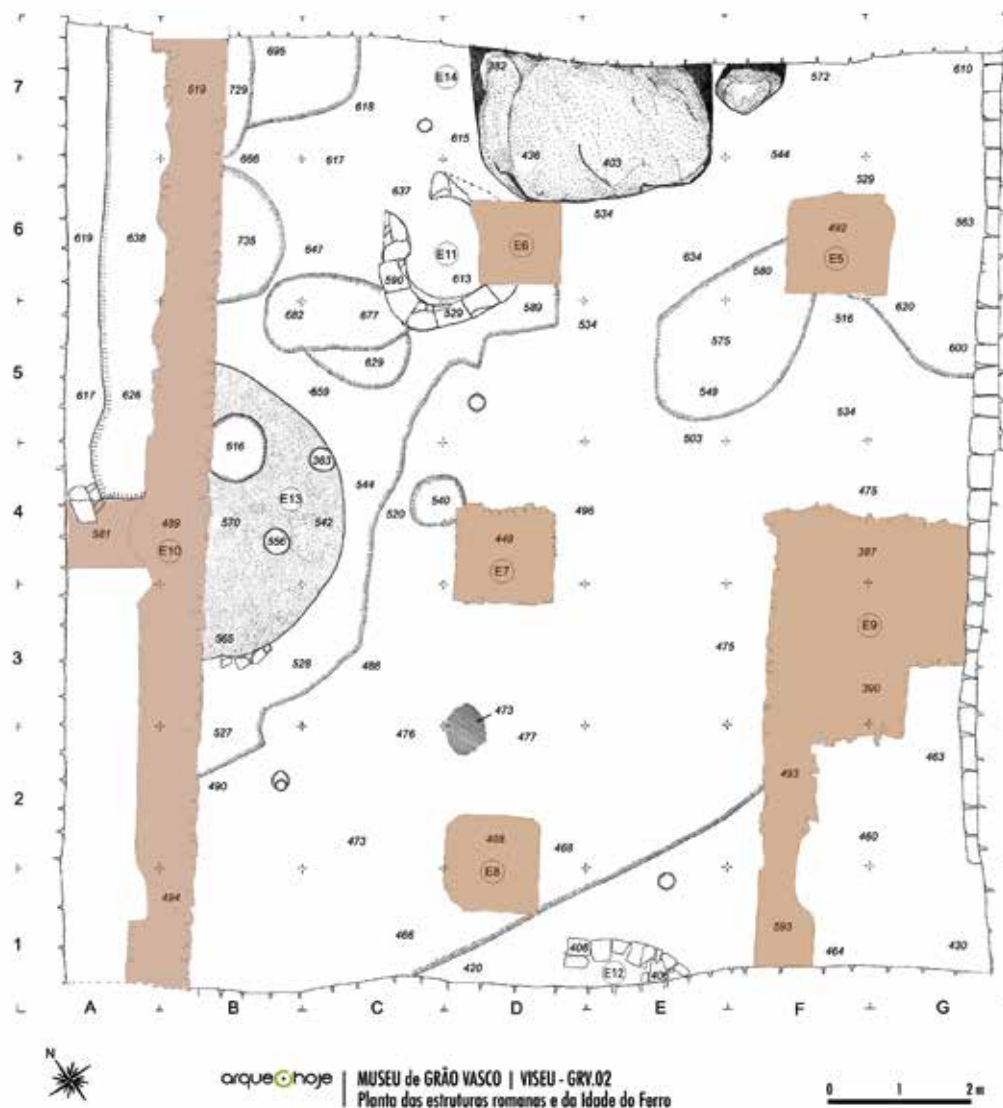
remodelação desse edifício (antigo Paço Episcopal ou Paço dos Três Escalões). As escavações — efetuadas pela empresa *Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.* (sob a coordenação de Luís Filipe Coutinho Gomes²) — decorreram de forma continuada ao longo de seis meses, tendo sido intervencionada uma área com 141 m² e de profundidade assinalável (variando entre c. 3,50 m e os 6,00 m em relação à cota de superfície do Adro da Sé). Esta área foi localizada e dimensionada em função do projeto de arquitetura desenhado para essa área do Museu e também em consonância com o que foi sendo estipulado pelo Instituto Português de Museus e pelo Instituto Português de Arqueologia.

No decurso da escavação foi registada uma sequência estratigráfica que abrange uma longa diacronia (Perpétuo, 2002). No que concerne à sequência da Época Romana destaca-se, antes de mais, um muro de alvenaria (identificado em escavação e no respetivo relatório como “estrutura 10,”) composto por pedras facetadas de pequeno e médio porte (*opus vitatum*, embora não muito regular) ligadas por argamassa. Com c. 0,90 m de largura (= 3 pés), conservava-se essencialmente ao nível das suas fundações, assentes na alterite granítica. Desenvolvia-se sensivelmente no sentido Sul/Norte (SO/NE), correndo ao longo de toda a área escavada (com c. 13,50 m de extensão máxima observável), sendo paralelo à parede que lhe fica mais próxima do edifício do museu. Adossado e perpendicular a este extenso muro, um outro arranque de muro, muito destruído, correria para poente (NO). Na ala oeste do Museu, em fase de acompanhamento, identificou-se o topo de

Fig. 2 — Área escavada e estruturas descobertas no Museu Grão Vasco.

² Nesses trabalhos, sob a direção de João Perpétuo, participaram os arqueólogos Alexandre Valinho, António Chéney, Filipe Santos e Rui Barbosa.

Fig. 3 – Plano da área escavada e estruturas descobertas no Museu Grão Vasco.



um muro, com 0,90 m de largura e alinhado em relação a este arranque de muro, parecendo corresponder assim à sua continuidade. Todavia, o facto de o muro registado em acompanhamento se encontrar a c. 0,50 de profundidade em relação à cota de circulação do Museu e o muro identificado em escavação se situar a quase 5,00 m de fundura, não deixou de colocar em causa esta relação, questionando-se a destruição de um, na Idade Média, e a manutenção do outro, com uma altura conservada significativa, até à atualidade — a menos que o topo deste muro registado na ala oeste do Museu corresponda a uma estrutura mais recente que tenha como alicerce uma outra da Época Romana. Outro muro semelhante identificado em escavação envolvia um maciço em alvenaria, ambos muito destruídos

(“estrutura 9”), parecendo corresponder no seu conjunto a uma estrutura de planta quadrangular ou retangular, da qual só foi possível observar um dos cantos. Claramente relacionadas com estes muros (“estruturas 9 e 10”) foram identificadas quatro “bases” quadrangulares (“estruturas 5, 6, 7, 8”), com 1,30/1,40 m de lado, feitas de pedra irregularmente facetada e *opus caementicium*, equidistantes, distando c. 4,40 m entre si, e paralelas em relação à “estrutura 10”, da qual distam 4,20 m. Em escavação foram identificadas como “bases de sustentação de colunas que definiriam um pórtico em torno da estrutura 9” (Perpétuo, 2002). Estas “bases”, de facto, parecem corresponder às sapatas de pilares em alvenaria que dariam assento às colunas do pórtico interior da basílica.

Associado a este conjunto de estruturas romanas, identificadas apenas ao nível das suas fundações (todas assentando na rocha)³, encontrava-se uma camada regular constituída por saibro amassado e compacto (c.11 — sem materiais arqueológicos) que nivelava o espaço, interpretada em escavação (Perpétuo, 2002) como possível base de assentamento de um possível pavimento lajeado que encostava à designada “estrutura 9 e 10” ou, de acordo com a nossa interpretação, como um nível de obra das estruturas romanas associadas. Este nível compacto selava os restos de um forno circular (“estrutura 11”), com paredes em tijolo e revestido interiormente com argila cozida, adossado a um afloramento granítico. O forno cerâmico é anterior aos muros romanos, tendo sido desativado quando da construção destes (em parte foi destruído sobretudo aquando da implantação da “estrutura 6”). Este conjunto de estruturas, integrando um mesmo plano construído, terá convivido com um grande afloramento ou bloco granítico (junto à “estrutura 6”) que permaneceu intocável e *in situ*, mas ao nível dos alicerces do edifício romano, isto é, sob o nível de circulação da basílica. O nível de saibro compacto ladeia-o, encontrando-se este grande bloco granítico quase adossado a uma das referidas sapatas ou fundos de pilar que davam assento às colunas.

Imediatamente sob esta sequência estratigráfica da Época Romana identificou-se uma outra interpretada como pertencente à Idade do Ferro, onde se destacavam os restos de piso em argila muito compactada (e buracos de poste associados) de duas “cabanas” de planta ovalada (ou circular, com c. 4,20 m de diâmetro), presumivelmente construídas em patamares desnivelados entre penedos. Associado encontrou-se um conjunto significativo de materiais datáveis da II Idade do Ferro (para o seu detalhado estudo, cf. Almeida, 2005).

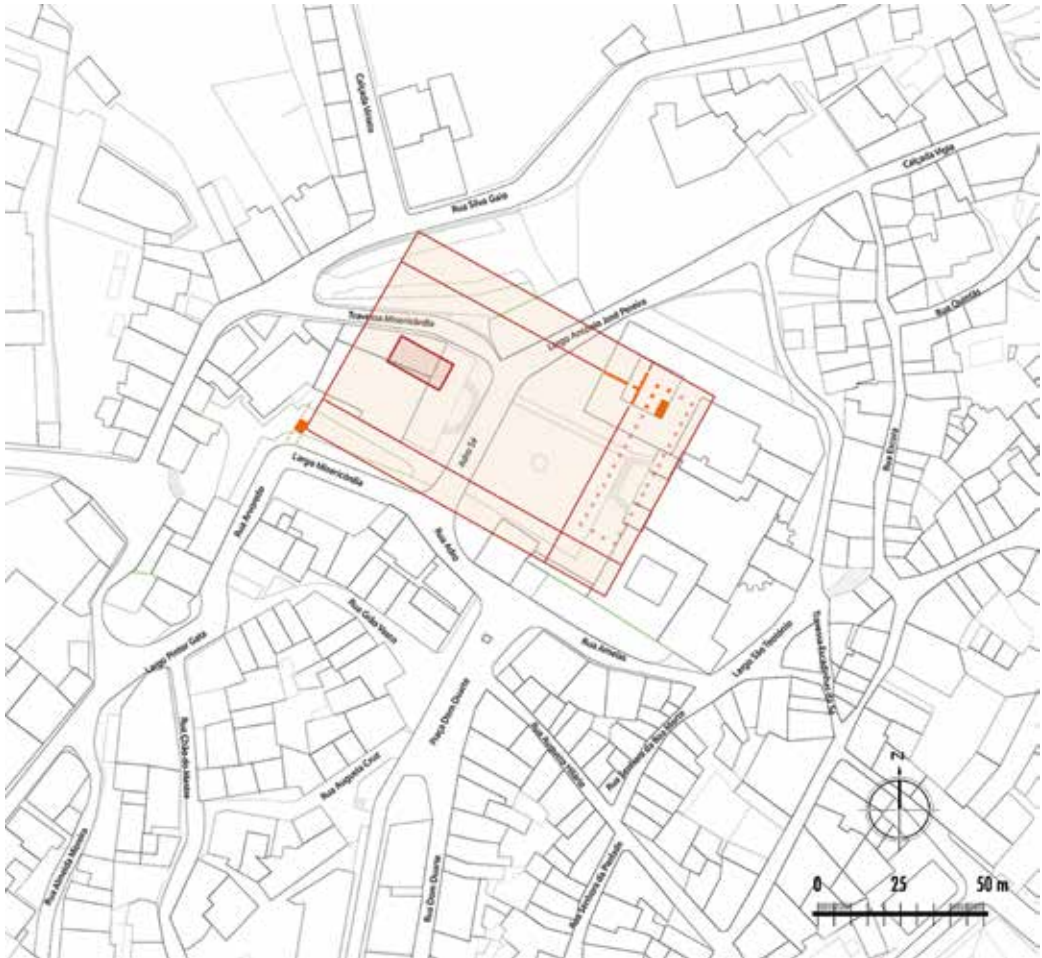
Por sua vez, sobre a sequência estratigráfica romana, cortando-a ou perturbando-a de forma frequente e significativa, registaram-se cinco fossas detriticas de cronologia medieval (para um outro detalhado estudo, desta feita sobre as cerâmicas medievais recolhidas, na sua maioria do século XIII, mas também do século VIII e seguintes, cf. Rodrigues, 2012). Imediatamente posteriores a estas, mas ainda de cronologia medieval, será a extensa necrópole descoberta. As sepulturas eram maioritariamente de planta ovalada, orientadas segundo o eixo E/O, tendo muitas cor-

tado a sequência estratigráfica romana (camadas e estruturas) quando da sua abertura. Neste espaço funerário foram exumados 42 indivíduos e identificados 3 ossários.

Os materiais identificados na camada de destruição do forno (c.10 F), e que circulavam no momento da construção do fórum, revelam-se à partida essenciais para suportar uma proposta de datação do principal espaço público da cidade romana de Viseu, considerando: i) que o referido forno cerâmico é anterior aos muros romanos, tendo sido desativado no momento da construção do fórum; ii) que na c.11 (nível de obra) não surgiu qualquer tipo de material arqueológico; iii) que não existem outros níveis de construção ou de utilização selados relacionados com as estruturas romanas, sendo da Época Alto-Medieval e Medieval os níveis posteriores (com materiais residuais romanos). Todavia, nenhum dos materiais recolhidos nessa camada relacionada com a fase de destruição do forno permite uma atribuição cronológica precisa. Nenhum pode verdadeiramente ser utilizado como *terminus post quem*. Nessa camada identificaram-se, sobretudo, fragmentos de grandes potes cuidadosamente feitos a torno (fabrico com pastas depuradas e cozeduras oxidantes), classificados por Sara Almeida como talhas do tipo 6/subtipo B, datáveis entre o final da Idade do Ferro e um momento inicial da Época Romana (Almeida, 2005, pp. 78–80, Est. XXIX n.º 1 e 2, XXX n.º 3 e XXXI n.º 3 e 4). Este tipo de talha, dominante no morro da Sé, encontra-se associada a outras cerâmicas, em menor número, da II Idade do Ferro (neste caso, em tudo semelhantes às que aparecem nas camadas depositadas sob a estrutura do forno e do pórtico). Todavia, as ausências — de cerâmicas romanas importadas (desde logo a *terra sigillata*) — também possibilitam leitura. Ou seja, parece-nos provável que este contexto se inscreva num tempo onde a *Vissaium* romana, enquanto cidade, está a ser construída (começando a fundação da nova capital precisamente pela construção do fórum) e onde os materiais romanos importados ainda não se tinham generalizado, permanecendo o registo material em grande medida idêntico ao da II Idade do Ferro. Podemos, por conseguinte, estar perante um contexto do período augustano, ainda que possamos admitir para o fórum que projetamos, como veremos, uma remodelação júlio-claudiana.

³ Estas estruturas encontravam-se em média a cerca de 4 ou mesmo 5 m de profundidade relativamente à cota do nível de circulação atual do largo da Sé (o “ponto zero” em escavação foi estabelecido no parapeito da primeira janela interna, a contar a partir da entrada, da ala poente do Museu), e embora correspondam à base das fundações, verifica-se que terá ocorrido uma grande acumulação de depósitos através dos tempos — ou seja, o atual adro da Sé encontrar-se-á a uma cota bem superior à da anterior praça do fórum.

Fig. 4 – Proposta de plano reconstitutivo do fórum.



2.2. Primeiro ensaio reconstitutivo do fórum

Os restos da área porticada encontrada no Museu Grão Vasco revelam-se essenciais para localizar o fórum de *Vissaium* e, concretamente, a sua basílica. Para além de termos em conta os modelos de *fora*, a atual morfologia urbana que compõe o Morro da Sé mostra-se também importante para desenhar o principal espaço público da cidade romana no seu conjunto.

Reconstituímos o fórum de acordo com o esquema clássico. Num dos lados menores da praça central alongada estaria o templo, com uma hipotética escadaria frontal, situado no centro da área sagrada, envolvida por pórticos, e numa posição mais elevada em relação à praça. Este, segundo a nossa proposta, terá sido construído do lado noroeste, próximo do lugar onde está a igreja da Misericórdia, voltado para onde se estendia a cidade romana. Os lados maiores seriam fechados mediante pórticos corridos, podendo ou não ter algumas

tabernae de um ou dos dois lados da praça. No lado menor oposto ao templo, em frente deste, fechando o outro lado da praça, a sudeste, estaria a basílica (de tipo vitruviano), incorporando possivelmente a cúria. Esta, segundo a nossa proposta, deveria situar-se do lado sudeste, no lugar onde depois se terá construído a designada “basílica paleocristã”, descoberta em escavações efetuadas na década de 80 do século XX (Vaz, 2009). O que se observou na escavação do Grão Vasco permite projetar uma basílica com três naves, desenhadas por 4 colunas no lado menor, situando-se na extremidade nordeste da nave central uma estrutura quadrangular ou retangular — “estrutura 9” — que poderia servir de tribuna (do tribunal), à semelhança do que parece verificar-se no fórum de *Seilium* (Tomar) (Ponte, 2010, pp. 328–329).

Em termos de forma geral do fórum este poderia ter a proporção de 3:2 — como diz Vitruvius (V.1.2) “a largura deve ser tal, que quando



Diâmetro no topo do fuste = 75 cm

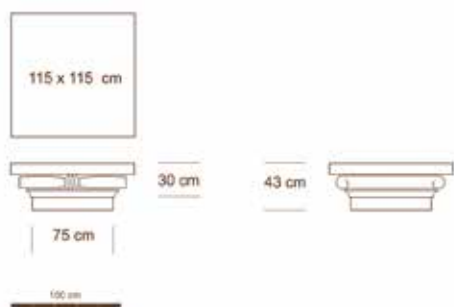
Relação de proporção entre diâmetro do fuste no topo e na base = 6:7 partes (entasis, seg. Vitruvius, Livro III, Cap. III)
 $75 : 6 = 12.50$ | $12.50 \times 7 = 87.50$ (diâmetro da base do fuste)

Módulo = $87.50 : 2 = 43.75$

Coluna jônica: fuste = 16 módulos e $1/3 + 1$ módulo da base + 1 módulo do capitel

Total do fuste = $43.75 \times 16 = 700 + 1/3 (43.75 : 3 = 14.58) = 700 + 14.58 = 714.58$ cm

Total da coluna = base (43.75) + fuste (714.58) + capitel (43.75) = 802 cm



João Luís Madeira | Setembro 2020

Fig. 5 – Projecção da coluna com base no capitel encontrado na cripta da Sé.



Fig. 6 – Base de coluna encontrada nas escavações do Museu Grão Vasco.

o comprimento for dividido em três partes se lhe atribuíam duas”. No total rondaria os 90 x 60 m, podendo mesmo atingir os 102 m de comprimento por 68 m de largura ($68:2 = 34 \times 3 = 102$), não se afastando muito das proporções dos *fora* de *Ammaia* (88 x 65 m) e *Seilium* (85 x 54 m), sendo maior que os de Bobadela (76 x 58 m) e de Idanha-a-Velha (76 x 34 m) e aproximando-se em

extensão do fórum flaviano de *Conimbriga* (96 x 48 m). O seu dimensionamento, de acordo também com os preceitos vitruvianos, deveria ser proporcional ao tamanho da cidade ou ao número de pessoas que nela viviam, mas neste caso também seria condicionado pela própria topografia do morro onde se construiu, para além de poder ter sido condicionado por pré-existências cons-

Fig. 7 – Coluna do “templo da carreira de cavalos”.



Perímetro da base = 270 cm | Diâmetro = 270 : 3.14 = 85.98
Raio = 85.98 : 2 = 42.99 = módulo (1/2 do diâmetro do fuste medido na base)

⁴ Recentemente, Sara Ferro (2018, pp. 75–87) ensaia também para o morro da Sé vários planos de restituição do fórum, incluindo um que coloca o templo precisamente onde se encontra a igreja da Misericórdia e a basílica no lado oposto ao adro da Sé, mas sobredimensionando — a nosso ver — os edifícios/componentes que o constituiriam (Ferro, 2018, Fig. 60).

⁵ Este tipo de porta para o exterior construída na fachada maior da basílica não é habitual, mas vamos encontrá-lo, por exemplo, no fórum de *Seilium* (Ponte, 2010).

trutivas eventualmente mantidas. Na nossa projeção a praça pública central teria c. 80/72 x 48 m, apresentando, assim sendo, também uma proporção de 2:3. Dimensionamos uma basílica com c. 68 x 20, obedecendo também ao princípio vitruviano (V.1.4), ou seja, respeita a proporção de 3:1 (a sua largura deve ter pelo menos a terça parte do seu comprimento). Estas dimensões, contudo, são por agora apenas conjecturais.

O grande capitel jónico encontrado na cripta sob a abside da Sé e que atualmente está no Claustro da Sé (muito semelhante a uma coluna jónica existente, não muito longe, nas termas romanas de S. Pedro do Sul), permite-nos projetar a altura da coluna (base + fuste + capi-

tel): esta atinge 8,02 m, remetendo, assim sendo, para a imagem de um edifício monumental. Provavelmente, face às dimensões, corresponde a uma coluna do templo do fórum.

Um outro elemento arquitetónico, encontrado durante as escavações do Museu Grão Vasco, num contexto de aterro medieval, parece corresponder uma base ática de dois toros com troquilha ou escócia menos acentuada que a da peça referida a seguir. Em relação à coluna encontrada na cripta da Sé, o módulo desta base é menor. Muito provavelmente pode ser da basílica, ou do pórtico da praça, com cerca de 4,00 m de altura no total (talvez 14 pés = 4,14 m, no caso de ser da basílica) — medida mais ajustada ao espaço do intercolúnio: “a altura das colunas da basílica será igual à largura dos pórticos” (Vitrúvio V.1.5).

Por sua vez, o tambor e a base de coluna ática, identificados por José Coelho (1950, pp. 360–362 e 373) como sendo do “templo da Carreira dos Cavalos”, apresentam o mesmo módulo e articulam-se assim bem com esse capitel jónico que associamos ao templo — ambos os elementos reproduzem o mesmo padrão modular que dá corpo a uma coluna jónica com 8,02 m (= 27 pés), seguramente uma coluna de um grande edifício.

De acordo com o plano ensaiado⁴, uma das entradas na praça poderia ser feita pelo lado nordeste, através de uma porta, situada na junção da área sacra e profana do fórum, que recebia o *decumanus*. Outra entrada, eventualmente, poderia fazer-se diretamente através da basílica, encontrando-se alinhada pelo eixo longitudinal do recinto forense projetado a partir do templo⁵. Ou seja, essa porta monumental do fórum localizar-se-ia no exato lugar onde, muitos séculos depois, se construiu a porta principal da Sé Catedral de Viseu. A ser assim, quando pela primeira vez foi construído, o portal da Sé medieval assinalaria, simbolicamente, o lugar da porta principal do fórum romano, do qual restavam então ainda algumas ruínas? Importa neste ponto trazer à colação a referência à derrocada da fachada da catedral gótica no dia 10 de fevereiro de 1635. Esta derrocada, embora fosse na crónica de Botelho Pereira justificada por um temporal, deverá encontrar a sua origem num problema estrutural motivado pelas deficientes fundações — neste caso, os alicerces do fórum (e da sua porta). Os problemas estruturais haviam sido

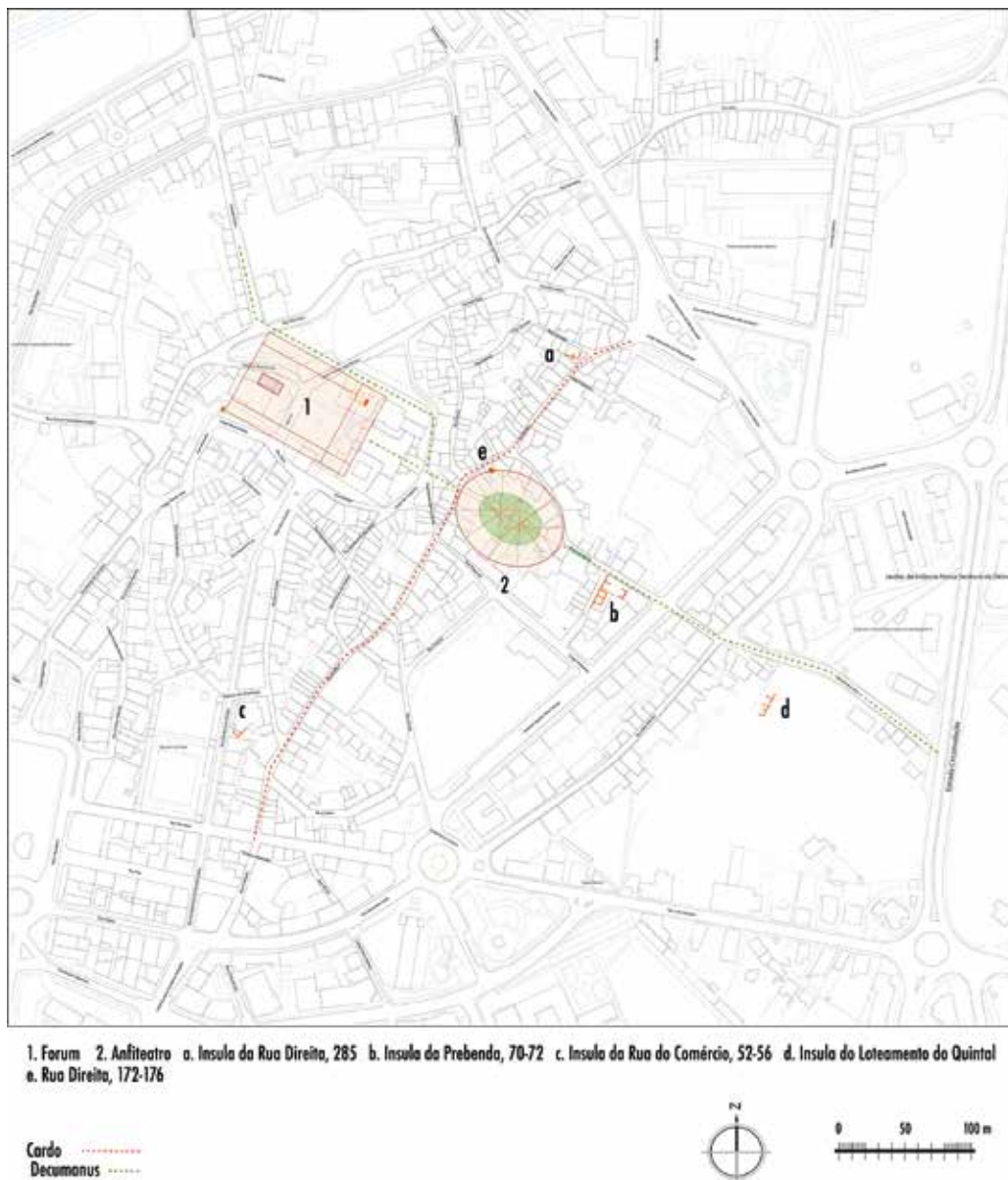


Fig. 8 – Plano reconstitutivo (fórum e anfiteatro) sobre a atual malha urbana.

1. Fórum 2. Anfiteatro a. Insula da Rua Direita, 285 b. Insula da Prebenda, 70-72 c. Insula da Rua do Comércio, 52-56 d. Insula do Loteamento do Quintal e. Rua Direita, 172-176

identificados já em 1631 quando o cabido solicitou por diversas vezes a inspeção às torres por arquitetos que diagnosticaram graves falhas estruturais (Alves, 2015, p. 199)⁶.

O desenho do edificado atual revela-se igualmente importante para sustentar este ensaio reconstitutivo do fórum. Algumas paredes do fórum terão servido de alicerce aos edifícios posteriores. Desde logo, tanto a parede que suporta o Passeio dos Cónegos como uma daquelas que desenha a Torre de Menagem do Castelo, assim como outras que configuram o atual Museu Grão Vasco, assentarão sobre paredes romanas⁷. Aliás, a planta da catedral

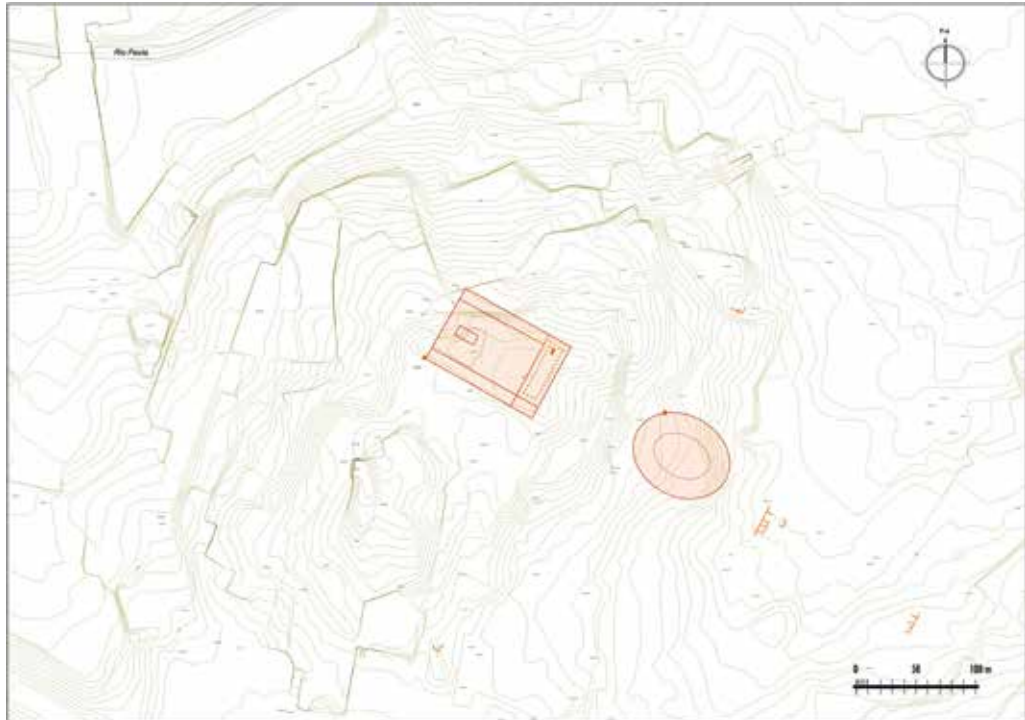
mostra uma constante irregularidade no seu desenho em plano, observada sobretudo no alinhamento da fachada principal e em todo o alçado sul (Passeio dos Cónegos e Rua das Ameias), parecendo assim revelar o aproveitamento de estruturas pré-existentes para a edificação do complexo catedralício.

Partindo de recentes descobertas, reservamos para outro trabalho o estudo da muralha e do perímetro urbano de Viseu no Alto e Baixo Império, mas a nossa proposta desenha essa cintura pelas traseiras da igreja da Misericórdia, encontrando-se assim o lado noroeste do fórum (sobretudo a área do templo) encostado

⁶ Ainda a este propósito, questionamos se os alicerces de o “muro largo” (mencionado nas fontes documentais de Época Moderna) que cortava longitudinalmente o adro da Sé, não corresponderia ainda a um muro do fórum (ou assentaria sobre um muro do fórum), mais concretamente à parede exterior, voltada à praça, da basílica: *Ante a porta da See desta cidade estava hum muro largo como se pode ver pelo que delle fica que servia de fortaleza e emparo da mesma See e cidade de muito boa pedraria lavrada de ambas as parte ...*” (ADVIS, Documentos Avulsos, Cx. 17 N.º 104 – Embargo dos bens que ficaram por óbito do Bispo D. Gonçalo Pinheiro).

⁷ Particular atenção merece o paramento exterior na base da parede do Passeio dos Cónegos, voltado à Praça D. Duarte, onde se observam duas ou três distintas fases construtivas (Utrero, 2012, p. 592; Fernandes, 2016, pp. 306–307), podendo uma — a inferior e a mais antiga — corresponder eventualmente ao que resta da parede exterior sul da basílica/fórum romano.

Fig. 9 – Plano reconstitutivo (fórum e anfiteatro) sobre a topografia.



praticamente à muralha e próximo da provável porta de acesso à cidade romana (e de um dos espaços funerários romanos, identificados quando das escavações efetuadas na área do funicular), ligada ao *decumanus maximus*. O quadrante noroeste do fórum, numa zona compreendida entre a atual Travessa da Misericórdia e a Rua / Largo António José Pereira, terá sido totalmente destruído. Esta corresponde a uma área topograficamente muito alterada em épocas recentes, tendo sido cortada a plataforma que se estenderia mais para esse lado noroeste do atual Adro da Sé, recuando assim em tempos modernos o início do desnível abrupto observável desse lado virado ao rio Pavia (Serra, 2018, p. 33, figs. 11 e 12). Por sua vez, face à distância (c. 70 m) entre a fachada sudeste do fórum e o cruzamento do *cardo* e do *decumanus*, parece-nos admissível que essa área em particular — em grande medida ocupada pela Sé Catedral e pelas suas absides de cabeceira — correspondesse a um espaço público monumentalizado que precedia e enquadrava o acesso ao fórum, à semelhança do que poderá verificar-se noutras cidades (Carvalho & alii, 2010, p. 87). Neste caso, talvez fosse um espaço ajardinado e porticado, desenhado entre afloramentos graníticos que poderão ter sido mantidos face ao seu significado ancestral, eventualmente relacio-

nado com as “deusas e deuses viseieicos”, herdadas do passado pré-romano, registadas na ara descoberta junto à Igreja da Misericórdia. A ser assim, a esta área pública monumentalizada que antecedia o acesso ao fórum poderá pertencer o supracitado pavimento lajeado observável a cerca de 3 m de profundidade na cripta sob a abside principal da Sé de Viseu. Ao fórum (ou a esta área) pertencerão também os restantes achados antes registados: uma base de coluna com 0,75 m de diâmetro (2,5 pés) e um capitel jónico (Coelho, 1960, pp. 6, 9; Silva, 1983; Vaz, 1983, p. 737; Vaz & Carvalho, 2009), os silhares romanos reutilizados nas traseiras da Sé e assentes sobre os rochedos graníticos, assim como “pedras almofadadas” e “alicerces de construções tipicamente romanos junto à Sé”, identificados por José Coelho (1934; 1943; 1950; Ribeiro, 1971, pp. 212–213; Silva, 1983), bem como a “base de uma coluna romana”, achada em 1946, sob o antigo pavimento da Capela do Calvário (da Sé) (Coelho, 1950, pp. 364–366)⁸. O pavimento em *opus signinum* associado a um alicerce (com 0,45 m de largo) identificados a 1,5 m de profundidade (aquando de obras) na interseção entre a Praça D. Duarte e a Rua das Ameias (Coelho, 1934; Pedro & Vaz, 1995; Tente, 2016, p. 110), já se situam no exterior da área do fórum. Embora de muito provável

⁸ Inúmeras obras de instalação e remodelação de estruturas urbanas realizadas no adro da Sé e zonas periféricas, que implicaram revolvimentos de terras, haviam já evidenciado enterramentos, assim como possibilitaram a recolha de alguns elementos arquitetónicos — bases e tambores de colunas, frisos e cornijas — hoje alguns depositados no claustro da Sé.

cronologia romana, os silhares almofadados observáveis nas traseiras da Sé encontram-se reutilizados nessa parede, não podendo corresponder ao que restaria *in situ* da parede do fórum, ao contrário do que anteriormente se defendeu (Vaz, 2010, p. 321) — outra atribuição para essa parte do edifício também por agora não parece ser possível (Utrero, 2012, pp. 592–593; Fernandes, 2016, pp. 308–312).

3. O (hipotético) anfiteatro

Vissaium, como capital de *ciuitas*, teria edifícios monumentais de espetáculos. À partida, o mais provável, nestas paragens da Lusitânia, terá sido um anfiteatro. Nenhum vestígio arqueológico, porém, foi até agora descoberto que tenha suscitado a sua identificação. Mas a análise morfológica do tecido urbano atual permite avançar com uma proposta. A sua localização na área da cidade antiga, a topografia do local e as dimensões em plano também ajudam a formulá-la. A rua do Gonçalinho (que em parte reproduz o *decumanus maximus*) quando sobe em direção ao morro da Sé e se dirige à rua Direita (que decalca em grande medida o antigo *cardo*), antes de entroncar nesta, desvia repentinamente o seu traçado retilíneo e assume uma continuada e clara curvatura (semielíptica)⁹. Esta inesperada mudança de orientação de uma das ruas principais da cidade romana poderá resultar de uma marcada pré-existência que dita o desvio e o traçado “anómalo” que o *decumanus* assume nesse troço. O traçado urbano neste lugar em particular poderá estar de certa forma “fossilizado”, estando o atual a ser condicionado pelo antigo, continuando a retransmitir os alinhamentos romanos¹⁰.

Se assim for, o *cardo maximus* contornava o suposto anfiteatro do lado noroeste, encontrando-se o cruzamento das duas principais ruas da cidade romana entre o fórum e o anfiteatro.

A sua localização entre a Rua Direita, Rua do Gonçalinho e Rua da Prebenda parece-nos também admissível quer face à dimensão deste quarteirão entre ruas, quer à orientação do eixo maior do suposto anfiteatro que parece alinhar exatamente com o eixo longitudinal projetado para o fórum. Também o permite supor o modo como convergem (radialmente)

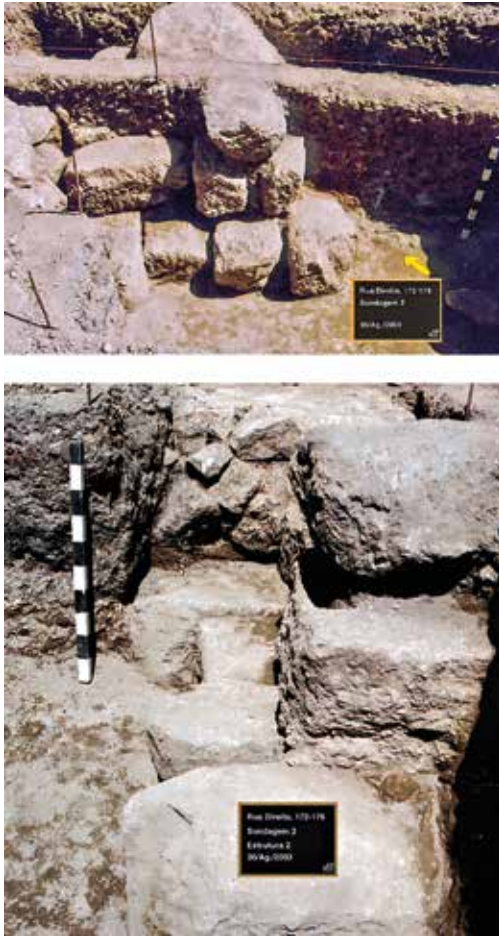


alguns alinhamentos das casas que existem no interior desse espaço, assim como algumas cotas (e a orientação da pendente original) nessa zona em particular da cidade.

Esta proposta parece ganhar algum suporte arqueológico se recuperarmos os resultados das sondagens que foram feitas, durante quatro dias em julho de 2003 e no quadro de uma obra privada, nos números 172–176 da Rua Direita¹¹. Embora tenha sido pequena a área sondada (duas sondagens, com 23 m² no total), estando ainda muito perturbada por revolvimentos das Épocas Medieval, Moderna e Contemporânea, na designada sondagem 2 identificaram-se, a cerca de 1,10 m de profundidade, assentes no saibro e encostados a um afloramento rochoso, enormes blocos paralelepípedicos de granito alinhados e justapostos,

Fig. 10 – Rua do Gonçalinho, no lugar em que forma um “cotovelo”.

Fig. 11 – Estrutura descoberta nos n.ºs 172–176 da Rua Direita.



⁹ Esta mesma curvatura observa-se numa Planta topographica da cidade de Viseu mandada levantar pela municipalidade de 1864 (escala 1/1000).

¹⁰ Sara Serra, na sua tese de mestrado em arquitetura (2018, pp. 89–97), assinala esta anomalia no tecido urbano de Viseu. Propõe que esta pode estar determinada pela presença dos muros de um teatro, com 50 ou 60 m de diâmetro (linha traçada paralela ao decumanus), mas reconhecendo que “a orientação da pendente da zona é contrária ao que seria aconselhável para a construção de um teatro” (Serra, 2018, p. 89).

¹¹ Trabalhos dirigidos por António Chéney, contando com a colaboração de Pedro Sobral de Carvalho, ambos da empresa Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

sem argamassa a uni-los, tendo sido considerados pelo contexto estratigráfico (associados a níveis da Época Romana e rompendo outros da Idade do Ferro) como pertencendo às “fundações de uma possante estrutura romana”, ladeada pelo *cardo*. Este alicerce, por sua vez, encontrava-se adossado a uma outra estrutura muito compacta feita de pedras e argamassa de cal e interpretada como “sapata” de um edifício (Chéney & Carvalho, 2003, pp. 11–13).

Confirmando-se esta nossa proposta, o anfiteatro teria sido implantado na encosta oriental da colina da Sé, para onde se estendia preferencialmente a cidade romana. Construído a meia encosta, aproveitaria as condições topográficas do terreno, tirando partido da pendente para suportar metade da *cavea* — parte das bancadas, do lado do *cardo*, assentariam diretamente sobre a encosta. O declive natural, como é habitual nestes casos, teria sido aproveitado para reduzir em parte a necessidade de construção de estruturas em pedra de

grande envergadura que suportassem a *cavea*. Ou seja, apenas do lado da cota mais baixa do edifício seria necessário fazer obras de aterro e erguer volumosas paredes que configurassem a fachada oriental do edifício, precisamente do lado onde estas poderão ditar o contorno da rua do Gonçalinho, servindo de fundação às fachadas das atuais casas. A ser assim, a marca desses fortes muros romanos condicionou todas as construções posteriores, ainda hoje persistindo a “memória” do anfiteatro no tecido urbano de Viseu. Do lado da Prebenda este contorno particular da malha urbana já não se verifica, talvez pelo facto de o antigo edifício setecentista (antigo Solar dos Silveiras e antigo Quartel General) constituir uma obra mais intrusiva e não condicionada por qualquer pré-existência construtiva.

Este eventual anfiteatro romano de *Vissaium* não seria muito grande. Teria apenas dimensões consideráveis no contexto das cidades do norte da Lusitânia: a elipse que projetamos tem c. 85 x 68 m. Assumiria assim dimensões semelhantes ao de *Conimbriga*, com um comprimento máximo de aproximadamente 98 m no seu eixo maior e 86 m no menor (Ruivo & alii, 2018), ao que se propôs para o suposto anfiteatro de *Aeminium* (Alarcão, 2008, p. 52), ao anfiteatro hipotético de Lisboa, com c. 96 x 78 m (Martins, 2014, pp. 151–154), sendo um pouco maior em relação ao de Bobadela, inscrito numa elipse de 64,50 x 54,50 m (Frade & Portas, 1992, p. 350) Inscrever-se-ia num quarteirão urbano (*insulae*) com dimensão idêntica daquele onde se encaixava o fórum, com cerca 68 m de largura — este seria assim o valor padrão das *insulae* que dimensionaram a cidade romana. Não obstante as irregularidades topográficas e as pendentes acentuadas, a conceção sobretudo dos grandes edifícios públicos na zona mais monumental da cidade teria obedecido a este sistema modular.

A presença do anfiteatro junto ao fórum é habitual, nomeadamente na Lusitânia. Próximo, na *ciuitas* vizinha de Bobadela, a *splendidissima ciuitas*, era isso que acontecia, estando mesmo os dois edifícios públicos lado a lado (Carvalho & Silva, 2018). Em *Conimbriga* o anfiteatro estava a cerca de 60 m do fórum (Correia, 1995a). Em *Aeminium*, a confirmar-se a proposta avançada para a sua localização, a proximidade era semelhante (Alarcão, 2008, pp. 51–53). Em *Eborac*, se a proposta de loca-

lização do anfiteatro estiver correta (Correia, 1995b), a sua posição, próximo do fórum e alinhado pelo seu eixo principal, é particularmente semelhante àquela que propomos para o de *Vissaium*. No caso de Viseu, por sua vez, a localização do anfiteatro a meia encosta não impedia a visualização do fórum no topo da colina, mesmo para quem entrava na cidade vindo de oriente e percorria o *decumanus*. Para quem se aproximava do centro monumental da cidade, o afastamento de várias dezenas de metros entre fórum e anfiteatro e o cruzamento do *cardo* e do *decumanus*, nesse largo espaço entre os dois edifícios, permitia libertar e destacar a fachada do fórum, e mesmo a sua entrada, se uma delas se encontrasse deste lado sudeste.

4. Outros espaços públicos

Os arruamentos urbanos, perante uma topografia irregular e declivosa, seriam, quando muito, tendencialmente retilíneos. Tal seria particularmente observado nas ruas principais da cidade romana, no *cardo* e no *decumanus maximus*, refletidas, respetivamente, na Rua Direita (na Idade Média conhecida como a Rua das Tendas, continuando a ser assim a principal artéria comercial da cidade; cf. Ferreira, 2010) e na Rua do Gonçalves.

A cidade de Viseu na Época Romana também teria seguramente termas públicas. Até ao momento não surgiram indicadores claros que permitam a sua localização. Mas há um conjunto de estruturas que, a este propósito, não pode ser ignorado. No Loteamento do Quintal, na zona de S. Miguel, numa área que, pelo menos no Baixo Império, estaria para além da linha de muralha, identificou-se um tanque (5,30 x 4,60 m) forrado a *opus signinum*, relacionado com condutas, um lajeado em granito e elementos arquitetónicos, integrando um edifício mais amplo (Santos, Figueira & Cravo, 2018, pp. 72–74), podendo este ser de carácter público (Carvalho & Alves, 2018, p. 170), datável de finais do século I / inícios do II (Meira, 2019).

Outras obras públicas foram feitas na cidade à medida que esta se afirmava como capital de uma vasta região. Desde o momento da sua fundação poderá ter sido dotada de uma muralha de carácter honorífico, talvez aproveitando pelo menos em parte a anterior muralha

da Idade do Ferro, mas renovando-a sobretudo através da construção de portas monumentais, face ao marcado simbolismo que estas assumiam no quadro das cidades do Império. Pertencente à provável muralha fundacional poderá ser um troço localizado na rua Formosa e, possivelmente, um outro agora descoberto junto à Igreja da Misericórdia (escavações em curso — Eon, Indústrias Criativas, Lda.). Por sua vez, a muralha romana que nos últimos anos tem sido descoberta parece datar já do Baixo Império. Desta conhecem-se alguns troços (sobretudo os da Rua Formosa e do Largo de Santa Cristina), com torreões semicirculares, apresentando uma cronologia posterior a meados do século IV (Carvalho & Chéney, 2007; Vaz & Carvalho, 2009, p. 36; Serra, 2018, pp. 45–52). Outros troços extensos desta linha de muralha foram descobertos recentemente na Rua João Mendes e Largo de Santo António (trabalhos em curso, em preparação para publicação). Este perímetro amuralhado tardio poderia rodear uma área com cerca de 13 hectares.

Cruzando os dados disponíveis, nomeadamente a localização dos espaços funerários junto às portas da cidade, identificados na zona do Cerrado, S. Miguel do Fetal, Avenida Emídio Navarro e Travessa da Misericórdia/Rua Silva Gaio, a Viseu romana durante o Alto Império estender-se-ia desde a Rua Direita/Rua dos Andrades, a sul, à Rua do Arco, a norte e desde a Rua Simões Dias, a este, à Travessa da Misericórdia a oeste (Vaz, 1997, p. 350; Vaz & Carvalho, 2009, pp. 38–43; Santos, Figueira & Cravo, 2018, pp. 75–76). Nos séculos I e II d.C. a área da cidade poderia assim rondar os 20 hectares, estendendo-se sobretudo para nascente e sul do morro da Sé, ultrapassando em muito a área do anterior povoado da Idade do Ferro, rondando talvez os 6 hectares (Carvalho & Chéney, 2007, p. 737; Vaz & Carvalho, 2009, p. 36). A ser assim, *Vissaium* seria uma grande cidade no contexto do norte da Lusitânia.

5. Notas finais

O principal espaço público da cidade romana terá sido inscrito sobre um cenário que conservava ainda os traços característicos da Idade do Ferro. O fórum emerge num quadro dese-



Fig. 12 – Área escavada (em curso) junto Igreja da Misericórdia.

nhado com contornos marcadamente indígenas, assinalando o tempo de fundação de *Vissaium* e dando início ao processo de reconversão do povoado da Idade do Ferro em cidade romana. O registo estratigráfico observado no morro da Sé parece denunciá-lo e o mesmo tem sido documentado noutros lugares escavados na cidade. As *insulae* identificadas na Rua do Comércio e na Praça e Rua D. Duarte foram construídas diretamente sobre “níveis da Idade do Ferro”, onde os materiais romanos não se registam ou, quando surgem, são muito residuais. Como referimos noutro trabalho (Carvalho & Carvalho, no prelo), esta brusca transição parece revelar que o registo arqueológico em Viseu só conhecerá alterações significativas a partir da época augustana, não obstante este lugar já se encontrar sob domínio romano há várias décadas. Salvaguardadas as variações verificáveis ao longo da Idade do Ferro (Almeida, 2005), o registo material (nomeadamente a utensilagem de uso doméstico) e a identidade cultural indígena terá sobrevivido e prevalecido atuante até à mudança de era. O registo arqueológico começa apenas a alterar-se claramente, com a presença dos primeiros materiais romanos importados, a partir do momento em que, durante o principado de Augusto, se constrói o primeiro fórum e se

materializa a cidade romana, ampliada e consolidada posteriormente no tempo dos Flávios e de Trajano.

O fórum ficava não no centro da cidade, mas no ponto mais alto do morro da Sé, cuja plataforma foi aproveitada como acrópole. A partir do fórum conseguia-se um domínio visual sobre um vasto território, sobretudo para oeste, alcançando-se a Serra do Caramulo, e para norte, avistando-se o vale do rio Pavia e as serras de Montemuro e Leomil. A cidade estava voltada e estendia-se sobretudo para nascente e sudeste, em direção ao vale por onde corre o atual ribeiro de Santa Cristina. Desde o fórum, provavelmente erguido sobre um terra-pleno que o sobrelevava ainda um pouco mais, dominar-se-ia toda a cidade. Mas seria também avistado à distância por quem, percorrendo as vias, se dirigia à cidade. Cumpriria, desta forma, uma das suas principais funções: enquanto principal espaço público da cidade, e entendido como lugar de reunião, encontro e encenação, o fórum era o edifício que melhor representava o poder e o domínio do Império. Ao mesmo tempo, embora descentrado em relação a todo o tecido urbano, o fórum não deixaria de assumir uma centralidade na cidade romana, uma vez que recebia a interseção das duas ruas principais de *Vissaium*: o



cardo e o *decumanus maximus*.

É muito provável, como vimos, que o primeiro fórum tenha sido construído em época de Augusto (talvez a obra se tenha iniciado por volta de 4–5 d.C., quando da delimitação das *civitas*), ainda que o plano do fórum (e da basílica) que projetamos sugiram antes uma construção júlio-claudiana. Por sua vez, a simultaneidade de planeamento e construção do fórum / anfiteatro, parece ser historicamente mais condizente com os períodos de Cláudio/Nero ou dos Flávios.

A ara que revelou o nome da cidade na Época Romana foi encontrada na Travessa da Misericórdia, próximo do lugar onde se erguia o templo do fórum. Também por não apresentar sinais de desgaste, parece-nos que esta

não terá sido encontrada muito longe do seu local original de colocação: a área sagrada do fórum. Seria, assim sendo, uma ara consagrada ao Génio da cidade, ao *genius loci*, neste caso dedicada às divindades tutelares ou protetoras da cidade romana (às “deusas e deuses viseeicos”), mas herdadas do importante povoado da Idade do Ferro e eventualmente ligadas a uma anterior entidade étnica de nome **Vissaieici* (Fernandes, Carvalho & Figueira, 2009). Esta dimensão indígena da religião conviveria com o culto a Júpiter (ou o culto imperial) centralizado no templo principal do fórum.

A Viseu romana teria outros edifícios monumentais. Um deles poderia ser o anfiteatro. De acordo com a proposta apresentada

Fig. 13 – Localização aproximada do fórum e do anfiteatro na cidade de Viseu.



neste trabalho, o possível anfiteatro terá sido construído próximo do fórum, junto também ao cruzamento das duas ruas principais da cidade. Todavia, a presença de um anfiteatro romano em Viseu, e no lugar em particular onde o localizámos, é por agora apenas uma conjectura. Também podemos apenas conjecturar relativamente à sua cronologia de construção, mas tendo em conta os processos de monumentalização na Lusitânia, o mais provável é que este suposto anfiteatro possa ter sido construído entre os Flávios (ao tempo de Domiciano?) e a época de Trajano — no quadro de uma provável promoção jurídica da cidade e impulsionado pelo fortalecimento de elites locais empreendedoras. Em suma, só trabalhos arqueológicos realizados nesta área entre as ruas Direita, do Gonçalinho e da Prebenda é que poderão confirmar ou não esta nossa reconstrução hipotética: o acompanhamento arqueológico de todas as obras que venham a ser realizadas nesta área revela-se essencial.

Os edifícios públicos monumentais encerram uma dimensão simbólica. No tecido urbano desta cidade romana ocupavam também uma posição privilegiada. Quem aqui chegava pela via que ligavam *Vissaium* a *Augusta Emerita* (Mérida), a capital da Lusitânia, passando antes pela *ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), do outro lado da Serra da Estrela, e pela vizinha *splendidissima ciuitas* (Bobadela, Oliveira do Hospital), aproximava-se da muralha e entrava pela porta oriental da cidade, talvez simbolicamente a mais importante, percorrendo depois e subindo a rua principal em direção ao centro monumental da *ciuitas*. Ao cimo da colina, no topo do morro da Sé, destacava-se o fórum, dominado pelo templo, de onde se avistaria quase toda a cidade, de acordo os preceitos vitruvianos. Logo abaixo, a meia encosta, no mesmo alinhamento do fórum e no enfiamento do *decumanus maximus*, erguia-se a fachada do anfiteatro. Um cenário urbano que carece em parte de confirmação arqueológica, mas que nos parece muito credível e que refletirá, a ser assim, a importância de Viseu na Época Romana.

O cuidado atual que o Município de Viseu

tem demonstrado na identificação, estudo e salvaguarda do que resta da antiga cidade, no quadro do recente projeto *Viseu Património* e da criação do *Polo Arqueológico* da cidade, deixam antever a possibilidade de a malha urbana romana de *Vissaium* continuar a ser progressivamente revelada nos próximos anos. Se assim for, os dispersos vestígios conhecidos e aqui sintetizados ganharão uma outra dimensão, permitindo então uma aproximação mais fundamentada ao urbanismo da cidade romana. De todo o modo, tendo em conta o conjunto de dados conhecidos, parece-nos que *Vissaium* seria uma cidade importante no norte da Lusitânia, beneficiando da sua posição estratégica na rede viária (articulando e ligando várias *ciuitates*), revelando-se essa centralidade tanto ao nível da monumentalidade de alguns espaços públicos, como na extensão dos espaços privados e do tecido urbano, contrastando, de certa forma, com a malha urbana muito incipiente que apresentariam outras capitais de *ciuitates* nesta parte mais setentrional da Lusitânia. Fundada como cidade ao tempo de Augusto, é provável que tenha atingido um mais expressivo desenvolvimento urbano e aparato arquitetónico durante a Época Flaviana (ou mesmo antes, a partir do principado de Cláudio), consolidando-se depois em época de Trajano, o que colocará *Vissaium* na mesma linha evolutiva proposta para outras *ciuitates* do interior norte da Lusitânia (Redentor & Carvalho, 2016).

Agradecimentos

Agradecemos a Luís Filipe Coutinho Gomes (Arqueohoje Lda.) a cedência de informação. Agradecemos também a colaboração de Fábio Rocha, Lília Basílio (Polo Arqueológico de Viseu), Luís Simões, Sara Almeida e Sofia Lacerda. As figuras (desenhos) 4, 5, 8 e 9 foram concebidas por José Luís Madeira (Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra). Este trabalho insere-se também no *Projeto VISEU PATRIMÓNIO 2020/2021*, promovido pelo Município de Viseu e coordenado por Catarina Tente.

Bibliografia citada

- ALARCÃO, Jorge de (1989) – *A cidade romana de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal.
- ALARCÃO, Jorge de (2006) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8:1, pp. 131–147.
- ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C.; MADEIRA, José Luís; OSÓRIO, Marcos (2013) – O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão. *Conimbriga*. 52, pp. 67–128.
- ARAGÃO, Maximiano de (1894) – *Viseu. Apontamentos históricos, I*. Viseu: Typographia de H. F. de Lemos.
- ALMEIDA, Sara (2005) – *A Idade do Ferro no planalto de Viseu: o caso do morro da Sé*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Sara; CARVALHO, Pedro Sobral de; PERPÉTUO, João; FIGUEIRA, Nádia; COSTA, António (2007) – Estruturas e contextos da Idade do Ferro em Viseu. *Al-Madan*. IIª série. 15, pp. 53–59.
- ALVES, Carlos (2015) – *La evolución arquitectónica y artística de la catedral de Santa María de Viseu: Desde la Edad Media hasta la Contemporaneidad*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Facultad de Filosofía y Lletres da Universitat Autònoma de Barcelona, vol. 1.
- ALVES, Carlos (2018) – A evolução da catedral de Viseu: da época medieval à época moderna. In TENTE, Catarina, ed. – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 131–148.
- BATISTA, Hugo; CARVALHO, Pedro Sobral de (2019) – *Trabalhos arqueológicos no edifício sito na Rua Dr. Luís Ferreira (Rua do Comércio) 52/56. União de Freguesias de Viseu (Santa Maria) – Viseu*. Relatório Final, Eon, Indústrias Criativas.
- CARVALHO, Helena P. A. de (1991–1992) – Esculturas inéditas de época romana encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Série II. 8–9, pp. 143–158.
- CARVALHO, Pedro C. (2009) – O forum dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. 82, pp. 115–131.
- CARVALHO, Pedro C.; CARVALHO, Pedro Sobral de (no prelo) – *Vissaium* (Viseu, Portugal) e a sua arquitetura doméstica. In PIZZO, Antonio, ed. – *El paisaje doméstico urbano de la Lusitania*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- CARVALHO, Pedro C.; MATIAS, Dina; RAMOS, Ana Paula; RIBEIRO, Carla Alegria; SANTOS, Fernando Pereira; SILVA, Ricardo Costeira (2010) – Caminhando em redor do fórum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 69–88.
- CARVALHO, Pedro Sobral de; ALVES, Carlos (2018) – Viseu: Pensar a cidade. O couto da Regueira. In TENTE, Catarina, ed. – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 163–172.
- CARVALHO, Pedro Sobral de; CHÉNEY, António (2007) – A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÀ DE LLANZA, Isabel, eds. – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del imperio. Lucus augusti como paradigma*. Lugo: Museo Provincial de Lugo, Diputación Provincial de Lugo, pp. 729–745.
- CARVALHO, Pedro Sobral de; COSTA, Maria de Fátima Oliveira Beja e; ALVES, Carlos (2016) – Arqueologia na cidade de Viseu: o edifício na Rua Dr. Luís Ferreira (Rua do Comércio), n.º 108–114. *Beira Alta*. 85, pp. 59–122.
- CARVALHO, Pedro Sobral de; VALINHO, Alexandre dos Santos (2001) – Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados. *Conimbriga*. 40, pp. 37–64.
- CHÉNEY, António; CARVALHO, Pedro Sobral (2003) – *Trabalhos Arqueológicos na Rua Direita, n.º 172–176 (Viseu)*. Arqueohoje, Lda., Relatório fotocopiado.
- COELHO, José (1934) – Notas arqueológicas. Construções romanas junto da Sé de Viseu. *Distrito de Viseu*. Série IV. 259.
- COELHO, José (1943) – Importância de Viseu na época romana. In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências: Porto, 1942*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 156–161.
- COELHO, José (1950) – Três templos romanos. In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Separata do Tomo VIII, XIII. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 359–378.
- COELHO, José (1960) – A feira franca de Viseu e o infante D. Henrique. *Beira Alta*. 19:3, pp. 331–348.
- CORREIA, Virgílio H. (1995a) – O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier, eds. – *El Anfiteatro en la Hispania Romana*, Coloquio Internacional. Mérida: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura, pp. 327–344.
- CORREIA, Virgílio H. (1995b) – O anfiteatro romano de Évora: notícia da sua identificação. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier, eds. – *El Anfiteatro en la Hispania Romana*, Coloquio Internacional. Mérida: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura, pp. 345–348.

- FERNANDES, Luís da Silva; CARVALHO, Pedro Sobral de; FIGUEIRA, Nádia (2008) – Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. 6, pp. 185–189.
- FERNANDES, Luís da Silva; CARVALHO, Pedro Sobral; FIGUEIRA, Nádia (2009) – Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. *Palaeohispanica*. 9, pp. 143–155.
- FERREIRA, Paula Cardoso (2010) – *A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016) – *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII–X*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- FIGUEIRA, Nádia; SANTOS, Carla; CRAVO, Sónia (2013) – *Vissaium*. A Idade do Ferro em Viseu. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 703–708.
- MANTAS, Vasco Gil (2003) – Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?. *Al-Madan*. II^o série. 12, pp. 40–42.
- MARTINS, Pedro Vasco (2014) – A fragmentação. Do edificado monumental ao tecido urbano comum. In COELHO, Carlos Dias, ed. – *Cadernos de Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa. O tempo e a forma*, 2. Lisboa: Argumentum, pp. 140–161.
- MEIRA, Catarina (2019) – Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal. In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo da; PRATA, Sara, eds. – *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval*. Castelo de Vide: IEM – Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 421–440.
- PEDRO, Ivone; VAZ, João Inês (1995) – Basílica e necrópole alto medievais de Viseu. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: Lisboa, 28–30 de setembro, 1–2 outubro de 1992 = IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispànica: Lisboa, 28–30 setembro/ 1–2 outubro 1992*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 343–352.
- PERPÉTUO, João M. (2002) – *Museu Grão-Vasco, Viseu: sondagens e escavações arqueológicas de avaliação e acompanhamento*. Relatório Preliminar, policopiado.
- PONTE, Salete da (2010) – O fórum de *Seilium/Sellium* (Tomar). In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, pp. 325–332.
- REAL, Manuel Luís; TENTE, Catarina (2018) – A Cava de Viriato (Viseu) – novos dados e interpretações. In TENTE, Catarina, ed. – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 101–129.
- REDENTOR, Armando; CARVALHO, Pedro C. (2016) – Continuidade e mudança no Norte da Lusitânia no tempo de Augusto. *Gerión*. 35, Número Extraordinário 0. Dedicado a: La Hispania de Augusto, pp. 417–441.
- RIBEIRO, Orlando (1957) – Ainda em torno das origens de Viseu, *Beira Alta*. 30:4, pp. 437–443.
- RIBEIRO, Orlando (1971) – Em torno das origens de Viseu, *Revista Portuguesa de História*. 13, pp. 211–229.
- RODRIGUES, Patrícia F. (2012) – *Cerâmicas medievais do Morro da Sé de Viseu: fossas-lixivia do pátio do Museu Grão Vasco*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Carla; CRAVO, Sónia; FIGUEIRA, Nádia (2013) – Uma *Insula* em *Vissaium*. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 827–833.
- SANTOS, Carla; FIGUEIRA, Nádia; CRAVO, Sónia (2018) – Testemunhos de uma Identidade. Intervenções arqueológicas em Viseu (1997–2016). In TENTE, Catarina, ed. – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 65–79.
- SARAIVA, Anísio (2010) – Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096–1185): a renovação de um perfil urbano. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 10:1, pp. 11–36.
- SERRA, Sara M. (2018) – *A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- TENTE, Catarina (2016) – A cidade e a catedral. In PAIVA, João Pedro, ed – *História da Diocese de Viseu*, Vol. I – Séc. VI a 1505. Viseu: Diocese de Viseu; Coimbra: Universidade, pp. 109–119.
- UTRERO AGUDO, María de los Ángeles (2012) – Análisis arqueológico de la Varanda dos Conégos, Sé de Viseu, Portugal. In *Informes y Trabajos 9. Excavaciones en el Exterior 2011*. pp. 585–603.
- VAZ, João L. Inês (1983) – Introdução ao estudo de Viseu na época romana. *Beira Alta*. 42:4, pp. 731–746.
- VAZ, João L. Inês (1997) – *A civitas de Viseu. Espaço e sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- VAZ, João L. Inês (1999) – Linhas urbanísticas de Viseu na época romana. In RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, vol.1. Lugo: Diputación Provincial, pp. 393–408.
- VAZ, João Luís Inês (2006) – A ocupação do espaço de Viseu na Época Romana. *Máthesis*. 15, pp. 143–154.

VAZ, João Luís Inês (2009) – Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe. *Beira Alta*. 68–69, pp. 147–201.

VAZ, João L. Inês (2010) – Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia. In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Ciudad y Foro en Lusitania romana*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, pp. 315–324.

VAZ, João Inês; CARVALHO, Pedro Sobral de (2009) – Viseu: a construção de um espaço urbano, do castro proto-histórico à cidade romana. In *Viseu: cidade de Afonso Henriques*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 31–46.